
Contribuições de Stáline para a Ciência Militar e Política Soviética (XV)

Ulrich Huar

Capítulo V

«A guerra ainda não acabou...»

Por ordem de Stáline, Chtemenko e Antonov elaboraram uma directiva para as frentes, em que informavam sobre a capitulação de Reims e davam instruções sobre como deviam actuar perante as tropas alemãs:

«1. Dirigir um apelo, através da rádio e panfletos, às tropas alemãs e ao seu comando, dando conta da assinatura da capitulação militar, e divulgá-lo na noite de 8 de Maio, com a exigência de cessar-fogo.

2. A partir das 23 horas de 8 de Maio, ou seja na madrugada de 9 de Maio [hora de Moscovo, UH] deve ser exigido às tropas alemãs contraentes a deposição das armas, o cessar-fogo e a rendição.

3. Caso as tropas alemãs não obedeam à ordem de cessar-fogo e não se rendam, deve ser desferido um poderoso golpe decisivo contra as tropas alemãs contraentes e cada frente deve cumprir com a tarefa definida pelo Quartel-General.»¹

Stáline assinou esta ordem a 7 de Maio, pelas 22.35 horas.

Durante as capitulações em Reims, a 7 e 8 de Maio em Karlshorst, tropas alemãs continuam a resistir. Depois da comunicação final do Alto Comando da *Wehrmacht*, a 9 de Maio ainda se combateu violentamente na Prússia Oriental, na Curlândia, na Croácia, na Áustria, na Boémia e Morávia.²

A unidade militar *Mitte*, sob o comando de Schörner, a Oeste da Checoslováquia, possuía ainda forças significativas: mais de 900 mil homens, 9700 munições e lança-granadas, 2200 tanques e canhões autopropulsados, assim como mil aviões.³

A 1 e 2 de Maio, surgiram várias insurreições de organizações da resistência checa em várias cidades no Oeste da Checoslováquia. A 4 de Maio a insurreição alastrou-se por toda a Boémia central; a 5 de Maio iniciou-se a insurreição armada em Praga. No

¹ Chtemenko, *ibidem*, p.386

² KTB/OKW, *ibidem*, 1281.

³ Morosov, *ibidem*, p. 388.

mesmo dia revoltaram-se os trabalhadores da fábrica *Skoda* em Plzen. Queriam apoiar a insurreição em Praga, mas foram impedidos por tropas americanas, que chegaram a Plzen a 6 de Maio. A 5 de Maio a insurreição tinha alastrado a toda a Boémia e Oeste da Morávia.⁴

Schörner queria reprimir a insurreição por todos os meios. A 7 de Maio publicou a seguinte ordem: «*A propaganda inimiga divulga falsos boatos sobre uma capitulação da Alemanha perante os aliados. Chamo expressamente a atenção da tropa para a continuação da guerra contra a União Soviética*». ⁵

Ainda na manhã de 9 de Maio, Schörner recusou a exigência de capitulação perante o Exército Vermelho e continuou a guerra. Tencionava romper até à zona americana com o Grupo de Exércitos Centro e aí depor das armas. Moskalkenko escreveu sobre a retirada de Schörner: «*Na sua retirada, o adversário destruiu tudo o que não pôde levar: pontes, estradas, armamento pesado e armazéns*». ⁶

Schörner abandonou os soldados e oficiais do seu grupo de exércitos com a justificação de não poder dirigi-los mais e desapareceu em traje civil. O estado-maior da *Wehrmacht*, no seu comunicado final de 9 de Maio, responsabilizou os insurrectos na Checoslováquia pela actuação de Schörner: «*Um movimento insurreccional checo – que abrange toda a Boémia e Morávia – pode pôr em perigo a implementação das condições da capitulação nesta região*». ⁷

Que cada um faça a sua apreciação do sr. general marechal-de-campo Schörner. Foi feito prisioneiro pelas tropas americanas, entregue à URSS e posto em liberdade em 1954.

Schörner e Rendulic, comandante-em-chefe do Grupo de Exércitos «*Ostmark*» na Áustria, que também recusou a capitulação, prolongaram a guerra com a sua actuação irresponsável, provocando mais derramamento de sangue. O governo de Dönitz não tomou nenhuma decisão contra a violação das condições de capitulação por Schörner e Rendulic e tornou-se assim corresponsável pela morte sem sentido de mais soldados alemães os quais, alegava Dönitz, queria salvar da destruição pelo «*terror bolchevique*» e do seu «*sequestro para a Sibéria*».

A 4 de Maio, o comandante-em-chefe dos Aliados, general Eisenhower escreveu uma carta ao chefe do estado-maior soviético, coronel-general Antonov, na qual declarava que estavam prontos «*caso a situação o exija, a avançar até ao Moldava e ao Elba para limpar a margem ocidental desses rios*». ⁸

A operação ponderada ultrapassava a linha de demarcação acordada entre a URSS e os Aliados ocidentais, onde as tropas deveriam parar e incluía Praga. Antonov, em nome do Alto Comando, recusou a proposta de Eisenhower na sua carta de resposta de 5 de Maio e solicitou-lhe que as forças armadas aliadas não ultrapassassem a linha de demarcação acordada, para evitar uma mistura das tropas. ⁹

⁴ Idem, ibidem, p. 385 e seg.

⁵ Arquivo do Ministério de Defesa da URSS, Fundo 592, Lista 70 500, Acta 2, Folha 26. Citado de acordo com Kóniev, ibidem, p. 204.

⁶ Moskalkenko, ibidem, p. 584.

⁷ KTB/OKW, ibidem, p. 1281.

⁸ Kóniev, ibidem, p. 181.

⁹ Idem, ibidem, p. 181. Cf. Também Moskalkenko, ibidem, p. 583.

Kóniev conta que o general americano Omar Bradley, comandante-em-chefe do 12.º Exército americano, num encontro a 5 de Maio, lhe perguntou cortesmente como pensavam as tropas soviéticas conquistar Praga e se os americanos deviam ajudar.¹⁰

Já que os Aliados ocidentais não puderam conquistar Berlim e Viena «antes dos russos», então talvez ainda Praga? Os políticos burgueses no Conselho Nacional checo teriam saudado uma tal solução. O Quartel-General tinha recorrido aos exércitos de três frentes, a 1ª, 2ª e 4ª frentes ucranianas, para libertar Praga. A 9 de Maio Praga foi libertada dos ocupantes fascistas.

Apesar de os estratos burgueses da sociedade checa não terem saudado com grande alegria a libertação pelas tropas do Exército Vermelho, nomeadamente aqueles que tinham simpatizado ou mesmo cooperado com o ocupante fascista, a massa do povo recebeu os soldados do Exército Vermelho com verdadeiro entusiasmo. O tenente-general W.P. Mshawanadse, membro do Conselho de Guerra da 1ª frente ucraniana descreveu a sua experiência durante a entrada nas cidades e aldeias da Boémia: «*Em 10.05.1945 estive pessoalmente nas cidades e aldeias em que as nossas tropas entravam – Chlumec, Hradec, Kralove, Jaromer e outras. As tropas marchavam em perfeita ordem. De acordo com as informações que recebi à noite, os soldados portaram-se correctamente no território da Checoslováquia. Nas cidades e aldeias em que observei a entrada das nossas tropas, tudo decorreu de forma exemplar. Tudo estava festivamente enfeitado, em quase todas as casas e edifícios oficiais tinham sido içadas bandeiras da República da Checoslováquia e da URSS. A população inteira saudava e acompanhava as tropas. Todas as praças e ruas estavam cheias de gente que dava vivas ao camarada Stáline e à Rússia.*

Pôde-se assistir a muitas cenas comoventes nos encontros entre a população e as nossas tropas: um velho abraçava um jovem combatente, uma velha mãe benzia-se, jovens apertavam-nos as mãos, queriam absolutamente marchar com os soldados e muitas outras cenas idênticas anunciavam o amor e respeito do povo checo pela União Soviética e o Exército Vermelho.»¹¹

Mas a guerra ainda não tinha terminado. Na zona de Caclav, a 10 de Maio, o 6.º Exército Blindado, sob o comando do general Kravchenko, encontrou forte resistência das tropas alemãs, que tinham recusado a capitulação.¹²

A Oeste da Checoslováquia ainda circulavam unidades do general Vlássov e unidades de guardas brancos que queriam ultrapassar a linha de demarcação na direcção das tropas britânicas e americanas. Uma parte destas tropas anti-soviéticas, ajudantes dos fascistas alemães, conseguiu fugir através da linha de demarcação. A 12 de Maio, estes bandos encontravam-se a 40 quilómetros a sudoeste de Plzen. Estas tropas de Vlássov ainda tinham a força de divisões. A pena de morte esperava-os na União Soviética, a Vlássov e aos restantes velhos generais brancos, cujos nomes os jovens soviéticos já não conheciam: Krásnov, o príncipe Chukuro, Sultan-Girei e outros.

¹⁰ Kóniev, *ibidem*, p. 182.

¹¹ A.A. Gretscho, *Über die Karpaten (Para lá dos Cárpatos)*, Moscovo, 1970/Berlim, 1972, p. 429 e seg.

¹² Chtemenko, *ibidem*, p. 389.

A fronteira com as tropas americanas era perto. Devia esperar-se destes bandos uma resistência desesperada. Vlássov pôde ser preso pelas tropas soviéticas com a ajuda de um desertor, o que teve como consequência a rendição da divisão Vlássov.

Os generais brancos e uma parte das suas tropas conseguiram alcançar as linhas inglesas com grandes baixas. O governo soviético exigiu energicamente aos seus aliados a sua entrega. «*Apesar de os britânicos terem demorado o seu tempo*», escreveu Chtemenko, «*acabaram por entregar às autoridades soviéticas os, para si sem valor, generais brancos e a sua soldadesca. O processo de entrega concretizou-se com a substituição das unidades de acompanhamento britânicas pelas unidades soviéticas.*»¹³

Como relatou o marechal Moskalkenko, comandante do 38.º exército da 4ª frente ucraniana, só a 19 de Maio foi possível derrotar os últimos grupos do Grupo de Exércitos Centro, que ainda tinham tentado romper a linha das tropas soviéticas para fugir na direcção do Sul da Alemanha ou da Áustria.¹⁴

A 13 de Maio, o general americano Rooks e o brigadeiro britânico Foord, da Comissão de Controlo dos Aliados, apresentaram-se em Flensburg-Mürwik. Esforçaram-se por conseguir um acordo com Dönitz antes de os representantes soviéticos na Comissão de Controlo chegarem a Mürwik. Segundo Dönitz, as relações entre os membros da Comissão e o Governo eram «*reservadas mas correctas*».¹⁵ Churchill manteve-se na expectativa perante Dönitz. Não actuou contra ele. Dönitz tinha alguma razão quando considerava o comportamento dos citados elementos da Comissão como um reconhecimento *de facto* do seu Governo.

A 17 de Maio, o jornal britânico *Labour Daily Herald* publicou um comunicado do Quartel-General dos Aliados, segundo o qual Dönitz e outros oficiais alemães tinham sido simplesmente incumbidos da alimentação, desarmamento e cuidados médicos das forças armadas alemãs sob controlo dos aliados.¹⁶ O *Labour Daily Herald* viu nisso uma tentativa dos governos americano e britânico «*criarem um género de Governo Quisling na Alemanha.*»¹⁷

A 17 de Maio chegaram a Flensburg os membros soviéticos da Comissão de Controlo dos Aliados, sob a direcção do General Truskov. Exigiram categoricamente a dissolução do Governo Dönitz, o que aconteceu a 23 de Maio. Dönitz e os membros do seu governo foram presos por ordem de Eisenhower e Dönitz foi condenado a dez anos como criminoso de guerra no Tribunal de Nuremberga.

¹³ Idem, ibidem, p. 393.

¹⁴ Moskalkenko, ibidem, p. 589.

¹⁵ Dönitz, ibidem, p. 465.

¹⁶ «*Dönitz and other German officers are being employed only in connection with the feeding, disarmament and medical care of the German forces*» under Allied control. G. Deborin, *The Second World War*, Progress Publishers, Moscovo, o.J., p. 46.

¹⁷ «*(...) that it was aimed at creating a sort of quisling government in Germany.*» Idem.

Entre a guerra quente e fria

Potsdam - abertura

Inicialmente, a conferência de Potsdam devia começar a 15 de Junho.¹⁸ De uma conversa entre Júkov e Harry Hopkins, um dos conselheiros do falecido presidente Roosevelt, percebeu-se que Churchill insistiu nessa data. Truman propôs 15 de Julho, alegando que não seria possível preparar a conferência para a data proposta por Churchill.¹⁹

Gromiko nomeou as verdadeiras razões do adiamento proposto por Truman: «*O ministro da Guerra americano Stimson escreveu nas suas memórias que Washington considerou essencial adiar a decisão sobre as questões do pós-guerra, na Europa e noutras regiões, até os EUA terem na mão o trunfo atômico.*

Em todo o caso, o presidente americano procurou adiar a conferência Potsdam até a bomba atômica estar concluída e, na verdade, a conferência foi adiada de Junho para Julho a seu pedido. Esperou impaciente pelos resultados dos testes e quando, finalmente, os recebeu em segredo – a 16 de Julho, exactamente um dia antes do início da conferência – sentiu-se capaz de assumir um rumo duro nas negociações.»²⁰

Na historiografia da RDA, na descrição da conferência de Potsdam, deu-se maior importância ao capítulo III do comunicado «*Alemanha*», as bases políticas e económicas para a política das potências ocupantes perante a Alemanha libertada dos fascistas. Isto foi justificado, já que a base de direito internacional para a política do SED (Partido Socialista Unificado) e, a partir de 7 de Outubro de 1949, do governo da RDA, e do governo da RFA com o apoio das potências ocidentais – ou mais exactamente, por ordem dos EUA – não só não fora cumprida, como tinha sido arredada arbitrariamente.

Os antigos cidadãos da RDA conhecem bem as principais disposições do capítulo III: exterminação do militarismo alemão e nazismo; desarmamento e desmilitarização total da Alemanha; modificação da vida política alemã em bases democráticas; revogação de todas as leis nazis discriminatórias com base na raça, religião ou convicção política; prisão e julgamento dos criminosos de guerra; remoção das doutrinas nazis e militaristas do sistema educativo; desenvolvimento de ideais democráticos; descentralização da estrutura política da administração na Alemanha; desenvolvimento da administração local; legalização dos partidos políticos democráticos; não autorizar, por enquanto, nenhum governo central, devendo porém estabelecer-se alguns departamentos administrativos centralizados (Finanças; sistemas de transporte e comunicação; comércio externo; indústria); estabelecimento da liberdade de imprensa, expressão e religião.

¹⁸ Estava previsto que Berlim fosse o local onde se iria realizar a conferência dos «*Três Grandes*», mas como não foi possível encontrar nem uma sala, nem alojamento para as delegações, dado o grau de destruição da cidade, escolheu-se Potsdam por proposta do governo soviético. As reuniões realizaram-se no palácio Cecilienhof e alojamento organizou-se nas moradias quase intactas de Babelsberg. Por isso encontra-se na literatura também a designação «*Conferência de Berlim*», paralelamente a conferência de Potsdam. De seguida usarei a designação «*Conferência de Potsdam*».

¹⁹ Júkov, *ibidem*, p. 367 e seg.

²⁰ Gromiko, *ibidem*, p. 156.

Ao nível económico: proibição de toda e qualquer indústria de armamento; descentralização da economia alemã; destruição de concentração excessiva, especialmente cartéis, sindicatos, *trusts*, monopólios; a Alemanha deve ser vista como uma unidade económica; manutenção de um nível de vida médio na Alemanha.²¹

A geração mais jovem, principalmente na ex-RFA, não sabe quase nada sobre a Conferência de Potsdam em geral e sobre o capítulo III em especial.

Na Conferência de Potsdam, o capítulo III, na verdade, tomou um lugar especial já que se tratava da opção entre uma Alemanha democrática, neutral militarmente no centro da Europa ou a restauração de velha ordem monopolista, do militarismo e no alinhamento com os estados satélites dos EUA na política de agressão do Pentágono contra a URSS. Mas a questão alemã não era o único problema que conduziu, em Potsdam, a confrontações renhidas entre as delegações soviéticas e a americana e britânica.

Na historiografia da RDA, os conflitos foram inteiramente tratados, mas sublinhou-se que a Conferência foi um êxito para as forças mundiais da paz e da democracia. Na reunião final da Conferência a 1 de Agosto, Stáline manifestou a opinião: «*Pode considerar-se a conferência um sucesso*».²²

Mas a Conferência foi uma coisa, outra a concretização das suas decisões. O capítulo III – como outros capítulos – representa um compromisso. Stáline não pôde evitar um desmembramento da Alemanha, mas fez prevalecer a sua vontade no que respeita à criação de um governo central alemão. Ao contrário, Truman e Churchill não conseguiram transformar a Polónia num *cordon sanitaire* contra a URSS. As formulações no comunicado eram, em parte, passíveis de interpretação. Os aliados ocidentais, em Potsdam, ainda estavam muito interessados em que a URSS entrasse na guerra contra o Japão – apesar do êxito da sua experiência com a bomba atómica. Isso levou-os a evitar uma confrontação aberta com a delegação soviética. Para além disso, Stáline estava muito bem visto internacionalmente. A sua autoridade incontestada impressionou até Churchill, que foi muito cuidadoso em não se envolver num combate directo com ele. Uma ruptura com a União Soviética ainda não era possível em Potsdam, apesar da bomba atómica.

De seguida concentro-me nas questões que, na Conferência, tornaram evidentes as contradições de classe irreconciliáveis, que determinaram a política quer da União Soviética, quer dos EUA e da Grã-Bretanha depois de Potsdam. Quando a União Soviética remetia para as decisões tomadas na Conferência de Potsdam e sublinhava o seu carácter vinculativo de direito internacional, as potências ocidentais, inicialmente, consideravam-nas formais, aplicavam-nas esporadicamente, depois nem isso até que romperam publicamente. Isto demonstra que Stáline conseguiu impor na Conferência importantes deliberações promotoras da paz e da democracia. Nessa medida foi um êxito.

Todavia, a delegação soviética não conseguiu impor a democratização, desmilitarização e desnazificação de toda a Alemanha. A destruição passo a passo da unidade nacional, através de reformas monetárias separadas, bi e trizonas, constituição independente do Estado alemão ocidental e a sua inclusão na NATO, demonstra as verdadeiras intenções dos EUA e da Grã-Bretanha na Conferência. Foi a continuação da

²¹ Texto completo no anexo.

²² Conferências, *ibidem*, p. 411.

política de Churchill em relação ao governo de Dönitz, a manutenção da *Wehrmacht* alemã sob uma outra etiqueta, enquanto força armada anti-soviética e sob comando anglo-americano.

«Que significa agora Alemanha?»

Churchill colocou esta questão na segunda reunião, a 18 de Julho. E acrescentou com segunda intenção: «*Podemos compreendê-la no sentido de como era antes da guerra?*»

Truman perguntou o que pensava a delegação soviética.

Stáline: «*A Alemanha é no que se transformou depois da guerra. Outra Alemanha não existe hoje*».

Truman foi directamente ao centro da questão: «*Pode-se falar da Alemanha, como era antes da guerra, em 1937?*»

Stáline muito sucinto: «*Como é em 1945*».

Truman era da opinião de que a Alemanha «*perdeu tudo em 1945. A Alemanha não existe hoje de facto*».

Segundo Stáline a Alemanha era «*um conceito geográfico. Nós vamos, por agora, entendê-la assim. Não se pode abstrair do resultado da guerra*».

Truman disse que tem de «*haver uma qualquer definição do conceito de “Alemanha”*». Propôs «*falar da Alemanha como [era] antes da guerra em 1937*».

Stáline argumentou: «*Formalmente pode aceitar-se, quanto à sua essência não é assim. Se em Königsberg aparecer uma administração alemã, correremos com ela. Sem dúvida nenhuma, será corrida*».

Era inequívoco o que Stáline pensava sobre a Alemanha com as «*fronteiras de 1937*». Contudo Truman insistia em tomar «*como ponto de partida as fronteiras da Alemanha em 1937*». «*Ponto de partida pode ser tudo*», disse Stáline. Pode aceitar-se «*a Alemanha de 1937 como ponto de partida*». «*Isso é simplesmente uma hipótese de trabalho*». Churchill confirmou: «*Só como ponto de partida*». E depois acrescentou: «*Não significa que fiquemos por aí*».

Por outras palavras, ele e Truman mantinham aberta a hipótese de não considerar só como «*hipótese de trabalho*» a Alemanha com as fronteiras de 1937, mas sim afirmá-lo como facto.

Com esta possibilidade do reconhecimento da Alemanha com as fronteiras de 1937, Truman e Churchill levavam a água ao moinho dos revanchistas alemães nas zonas ocidentais ocupadas. A exigência de uma Alemanha com as fronteiras de 1937 tornou-se a doutrina de Estado da RFA, apesar de actualmente se encontrar em segundo plano. Nunca desistiram dela e está latente nas chamadas «*Associações dos Banidos Alemães*». Através da entrada da Polónia na UE abrem-se possibilidades inesperadas de realizar passo a passo, de forma mais elegante, as antigas exigências revanchistas.

A divisão da frota alemã

Na primeira reunião, a 17 de Julho, Stáline perguntou por que razão «o sr. Churchill nega aos russos a sua parte da frota alemã?». Churchill deu a entender que era a favor do afundamento da frota alemã. Stáline exigiu a divisão da frota: «Se o sr. Churchill prefere afundar a frota, pode fazê-lo com a sua parte. Eu não tenciono afundar a minha parte.» Churchill esclareceu que quase toda a frota se encontrava nas suas mãos. Stáline respondeu que, exactamente por isso, a questão tinha de ser decidida.²³

Na terceira reunião, a 19 de Julho, tratou-se de novo da frota. Truman perguntou se a frota alemã era considerada como despojos de guerra ou devia pertencer às reparações. Stáline considerava a frota de guerra como despojos de guerra, a frota comercial podia ser incluída nas reparações. Lembrou que «no caso da Itália» «a frota de guerra e a frota comercial foram incluídas nos despojos de guerra».²⁴

Churchill não tinha «em princípio» nada contra uma divisão, mas tinha de se colocar a questão das perdas.

A Grã-Bretanha tinha perdido cerca de dez grandes navios, navios de combate, cruzadores pesados e porta-aviões. Para além disso, pelo menos 20 cruzadores e várias centenas de contratorpedeiros, submarinos e pequenos barcos. Como os submarinos alemães desempenharam um «papel especial» deviam ser todos destruídos ou afundados e só conservar para «revista» os novos submarinos alemães, de «especial interesse científico e técnico».

No que dizia respeito aos «navios» deviam «ser divididos igualmente entre nós sob a condição de estarmos de acordo sobre todas as outras questões e separarmos aqui em completo acordo.»²⁵ E se não? Então o sr. Churchill ficaria com a frota! Em linguagem não diplomática chama-se a isto chantagem.

Quanto à frota comercial, Churchill alegava que a frota comercial da Finlândia com 400 mil toneladas (registo bruto de toneladas, i.e. capacidade da carga, UH) «foi parar às mãos dos nossos aliados russos», assim como alguns navios romenos «entre os quais dois importantes navios para transporte de tropas, que são muito necessários.» Os navios tinham «de ser considerados na divisão total dos navios».

Stáline corrigiu esta suposição: «Não ficámos com nada da frota comercial finlandesa, nem um único navio e da Roménia ficámos apenas com um navio.»²⁶

Truman propôs que a questão da frota fosse adiada até ao final da guerra contra o Japão.

Stáline perguntou: «E se os russos combaterem contra o Japão?» (O envio de tropas soviéticas para as regiões de concentração, no Krai de Zabaykalsky e no Extremo Oriente, estava em pleno curso nesta altura).²⁷

Truman disse que os russos podiam naturalmente reclamar um terço da frota, que lhes seria entregue.

²³ Idem, ibidem, p. 229 e seg.

²⁴ Idem, ibidem, p. 243.

²⁵ Idem, ibidem, p. 244.

²⁶ Idem, ibidem, p. 245.

²⁷ Sobre isto veja o capítulo Extremo Oriente.

Stáline apresentou então detalhadamente a perspectiva do governo soviético: «*Não se deve apresentar os russos como pessoas que desejam prejudicar o sucesso das acções da frota dos aliados contra o Japão. E também não se deve retirar a conclusão de que os russos desejam um presente dos seus aliados. Nós não queremos um presente, só queremos saber se este princípio é reconhecido, se o direito dos russos a uma parte da frota alemã é considerado legítimo (...)*

«*Se for reconhecido em princípio que os russos têm direito a um terço das frotas de guerra e comercial, ficamos satisfeitos. No que diz respeito à utilização da frota comercial, e em especial ao terço que será legitimamente atribuído à Rússia, naturalmente não procuraremos impedir que esse terço seja utilizado pelos aliados no seu combate contra o Japão. Também concordo que esta questão seja decidida no final da Conferência.*»²⁸

No comunicado afirmou-se laconicamente que «*em princípio*» foi alcançado acordo quanto à frota; que os três governos irão «*chamar especialistas*» que deverão formular planos detalhados, que uma «*declaração conjunta*» dos três governos será publicada «*no devido tempo.*»²⁹ Foi tudo.

Polónia

Quando Churchill afirmou, na nona reunião a 25.07, que a questão da Polónia era «*a base do êxito de toda a Conferência*»³⁰, tinha razão, do seu ponto de vista. O objectivo de Churchill e Truman em relação à Polónia consistia em manter ou restabelecer as antigas relações de poder e propriedade, estabelecer o poder das forças anti-soviéticas/anti-russas do antigo governo polaco no exílio londrino, do exército de Anders, da emigração anti-soviética/anti-russa nos EUA e Grã-Bretanha, em resumo, instaurar na Polónia um regime extremamente reacionário e nacionalista. A Polónia devia ser transformada novamente numa região de entrada para uma agressão contra a União Soviética. «*Quando, ao fim de dez dias, a Conferência terminar o seu trabalho sem ter tomado uma decisão sobre a Polónia, (...) isso significa sem dúvida um fracasso da Conferência*»³¹, declarou Churchill.

Os planos de Truman e Churchill fracassaram ante a posição consequente de Stáline. Nessa medida, a Conferência foi «*um fracasso*» para ambos.

Em mais nenhuma outra questão as posições de classe foram tão evidentes como no debate sobre a Polónia.

No tema polaco distinguem-se duas questões, por um lado a questão da fronteira ocidental da Polónia e por outro a questão da sua ordem interna. Nesta, a questão de classe foi dominante. Não é de excluir que, caso Stáline tivesse concordado com as exigências de Truman e Churchill em restabelecer um regime reacionário e nacionalista, eles teriam deixado de resistir à fronteira Oder (Oeste)/Neisse. Contudo isto é especulação.

No que diz respeito à fronteira ocidental da Polónia, Churchill recorreu a falsidades no intuito de fornecer aos revanchistas alemães material para a sua política a

²⁸ Conferências, *ibidem*, p. 247 e seg.

²⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 424.

³⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 343.

³¹ *Idem*, *ibidem*.

Leste: «*Nós concordámos que a Polónia seja ressarcida, à custa da Alemanha, pela região que perdeu a Leste da linha Curzon.*»³²

Churchill falsificou os factos históricos. Primeiro, Stáline não concordou com tal afirmação, nem na Conferência da Crimeia, nem em Potsdam. O «*nós*» referia-se só a Churchill, porque nem Roosevelt, na Crimeia, nem Truman tinham feito tal afirmação. Segundo, as regiões a Leste da linha Curzon não pertenciam à Polónia.

Estas regiões, pertencentes à Bielorrússia soviética e à Ucrânia soviética, tinham sido anexadas pelos *Pans* polacos, em 1920, na sequência da sua guerra de agressão contra a Rússia Soviética, apoiados militarmente pelos franceses, britânicos e americanos. A Polónia recebeu dos EUA, na primeira metade de 1920, 200 tanques, 300 aviões, 20 mil metralhadoras. A França forneceu duas mil bocas-de-fogo, três mil metralhadoras, 500 mil espingardas e 350 aviões. Cerca de 700 oficiais franceses, entre eles 38 generais e coronéis, assumiram o papel de instrutores do exército polaco. O exército polaco (740 mil homens) era aconselhado pelo general francês Weygand e apoiado pelo comandante da missão britânica Lord d'Abernon.³³

Nessa época, Churchill era ministro da Guerra no governo de Sua Majestade e conhecia muito bem os factos. «*Esqueceu-os*»? Stáline não tinha esquecido nada. Nessa época combateu na frente sul contra Wrangel, que, por indicação das potências da Entente, devia apoiar a intervenção do exército polaco.

A argumentação entretanto combinada entre Churchill e Truman apoiava-se nos *slogans* da democracia, da realização de «*eleições livres*», com presença de observadores dos EUA e Grã-Bretanha e a participação «*livre*» de jornalistas ocidentais. Ligavam estas exigências de «*democracia*» com as questões das reparações e do fornecimento de carvão da região mineira da Silésia, referindo-se à «*parte Leste da Alemanha de 1937*», que, segundo Truman, não devia ser desmembrada, tendo em conta as reparações e fornecimento de toda a população da Alemanha.³⁴ Truman «*esquecia-se*» do carvão da região mineira do Ruhr, que Stáline discretamente lembrou.³⁵

Stáline propôs debater a questão da fronteira ocidental com o governo polaco, cujos representantes deviam ser convidados para Potsdam. Churchill procurou, com todos os truques, impedi-lo. Truman considerava que se devia deixar a questão da fronteira ocidental para a conferência de paz, o que também não agradou a Churchill, porque, na sua opinião a questão «*é urgente. Se a decisão sobre esta questão for adiada, então são fixadas as linhas actuais. Os polacos começarão a utilizar estas regiões, instalar-se-ão e se o processo continuar será muito difícil depois chegar a uma qualquer decisão.*»³⁶

Churchill já calculava que a conferência de paz não se iria realizar tão cedo: as potências ocidentais iriam impedi-la por todos os meios e o governo polaco, com o apoio soviético, iria criar factos consumados, que aquelas não poderiam fazer voltar atrás.

³² Idem, *ibidem*, p. 290.

³³ Cf. *Contribuições de Stáline para a teoria militar e política marxista-leninista, 1918-1940*, Parte I, *Schriftenreihe...* caderno N.º 114/1, Julho de 2003, p. 39, ou *offen-siv*, caderno 12/03, p. 34.

³⁴ Conferências, *ibidem*, p. 291-294.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 299.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 301.

Numa longa intervenção Churchill propôs que as regiões a Leste do Oder/Neisse (Oeste) fossem consideradas parte da ZOS (Zona de Ocupação Soviética), sob administração soviética.³⁷

Stáline repetiu uma vez mais o ponto de vista da delegação soviética: *«Se ainda não estiver farto desta questão, estou disposto a tomar a palavra mais uma vez. Também eu parto da deliberação da Conferência da Crimeia, que o Presidente acabou de citar. Do sentido exacto desta deliberação resulta que nós, depois da formação do governo de unidade nacional na Polónia, temos ter em conta a sua opinião sobre a questão da fronteira ocidental da Polónia. O novo governo polaco transmitiu-nos a sua opinião. Agora temos duas possibilidades: ou confirmamos a opinião do governo polaco sobre a fronteira ocidental ou, se não concordarmos com a proposta polaca, temos de ouvir os representantes polacos e só depois decidir (...)*

*Aqui tratamos da questão da fronteira e não de delinear uma fronteira provisória. Não se pode contornar esta questão. Se estivessem de acordo com a Polónia, podíamos tomar uma decisão, sem convidar para aqui os representantes do governo polaco. Mas como não concordam com a opinião do governo polaco e desejam alterações, seria bom convidar e ouvir a opinião dos polacos. Esta é a questão de princípio.»*³⁸

Churchill não teve outra alternativa se não retirar, *«em nome do governo britânico»*, as objecções contra o convite à Polónia para Potsdam.

A delegação polaca chegou, sob a direcção do presidente Boleslav Bierut. Apresentou o seu ponto de vista na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, a 22 de Julho: *«A delegação polaca considera que a fronteira ocidental da Polónia deve seguir do Mar Báltico, por Świnoujście, ficando Estetino (Szczecin) na Polónia, continuando ao longo do Oder até à margem ocidental do Neisse e até à fronteira com a Checoslováquia.*

Com a nova definição territorial, partes da população polaca não necessitam de emigrar para outros países e o trabalho dos polacos que foram obrigados a emigrar para outros países pode ser totalmente aproveitado.

Do ponto de vista da segurança é de grande importância que a fronteira proposta pela delegação polaca seja a mais curta possível entre a Polónia e a Alemanha e possa ser facilmente defendida.

Os alemães tentaram exterminar o povo polaco e destruir a cultura polaca. De uma perspectiva histórica seria justo edificar um Estado polaco poderoso, que estivesse em condições de se defender contra qualquer agressão alemã.

Estas regiões pertenceram às mais poderosas bases da indústria bélica alemã e foram uma base para o imperialismo alemão. A aceitação da solução proposta retiraria à Alemanha a zona de concentração [militar] e a base da produção de armamento. A Polónia seria um Estado sem minorias nacionais.

Antes da guerra, a Polónia tinha excesso de população camponesa que não encontrava trabalho na indústria, já que esta não estava suficientemente desenvolvida. A inclusão desta região permitirá à Polónia chamar os aldeões para trabalhar na cidade e aqueles que emigraram voltarão à sua terra natal e poderão ter trabalho.

³⁷ Idem, ibidem, p. 312.

³⁸ Idem, ibidem, p. 304-305.

Além disso, os representantes polacos chamaram a atenção para que toda a bacia hidrográfica do Oder devia ser entregue à Polónia, porque o Oder não tinha água suficiente e as nascentes dos seus afluentes encontravam-se a Oeste do Neisse. Finalmente a delegação polaca declarou que, segundo a sua opinião, esta questão devia ser rapidamente decidida e devia chegar-se a um acordo, para que o governo polaco tivesse a possibilidade de repatriar rapidamente os polacos que se encontravam no estrangeiro e, assim, participar na reconstrução da Polónia.»³⁹

Deve recordar-se aqui que os fascistas alemães assassinaram seis milhões de polacos, 20 por cento da população polaca. As regiões a Oeste a serem entregues à Polónia eram alemãs. Que elas tivessem de ser entregues era o resultado da agressão e dos crimes do imperialismo alemão. Stáline apoiou as exigências do governo polaco. A União Soviética tinha uma legítima necessidade de segurança e interesse numa Polónia forte e democrática na sua fronteira ocidental. Stáline também defendeu eleições livres e democráticas com participação de todos os partidos democráticos.

Stáline entendia a democracia de forma diferente da democracia burguesa parlamentar. A democracia burguesa parlamentar é a melhor forma de governo para a ditadura de classe do capital. Ela assegura esse domínio de classe e possibilita aos burgueses decidirem a concorrência entre si politicamente, sendo que cada facção da burguesia só consegue impor os seus interesses de facção em concordância com os interesses de classe do conjunto dos capitalistas. O truque consiste em deixar cair o adjectivo «*burguês*», que expressa o conteúdo de classe desta democracia, para asseverar a existência de uma democracia abstracta, da democracia pura, que desde as antigas democracias na Grécia e em Roma nunca existiu em lado nenhum e também nunca existirá. Realizada esta separação, então pode colocar-se a democracia, a democracia «*pura*» em oposição à ditadura «*pura*», a que também se retirou a sua determinação de classe, e tem-se a «*teoria do totalitarismo*», cujo inventor foi Kautsky, depois de se ter tornado renegado. De acordo com esta famosa teoria, os estados, os governos podem dividir-se em «*democracias*», os «*bons*», e as «*ditaduras*», os «*maus*», os «*estados bandidos*», que têm de ser bombardeados.

A novidade nas exigências de Truman e Churchill consistiu na utilização abstracta do conceito de democracia nas suas intervenções, para a desestabilização da ordem interna dos outros estados, não só da Polónia, mas também da Roménia, da Bulgária, da Hungria e até da Finlândia. (No século XIX houve uma desestabilização idêntica no México pelo governo da Grã-Bretanha, «*precursor*» de um método, que se tornou parte integrante da política externa imperialista desde meados do século XX).

Friedrich Engels tinha previsto uma tal evolução há 120 anos. Na sua carta a August Bebel de 11/12 de Dezembro de 1884 escreveu: «*No momento da Revolução a «pura democracia» desempenha o papel (...) de partido extremamente burguês (...) de âncora de salvação (...) Num tal momento a grande massa reaccionária apoia-a e reforça-a: tudo o que era reaccionário comporta-se então democraticamente (...) Em todo o caso, é o nosso único adversário no dia da crise e no dia seguinte – o conjunto da reacção que se agrupa à volta da pura democracia e isso, creio, não se deve perder de vista.*»⁴⁰

Stáline também não perdeu isso de vista.

³⁹ Idem, ibidem, p. 326-327.

⁴⁰ MEW 36/252 e 253. Sublinhados de Engels.

Isso era o que se escondia por trás das repetidas exigências de Truman e Churchill de «*eleições livres*», «*livre acesso de jornalistas ocidentais e observadores*» etc. Sob a solução da «*pura democracia*» tinham esperança de estabelecer na Polónia um governo reaccionário favorável.

A sociedade polaca ainda era uma sociedade de classes profundamente dividida. As forças populares progressistas, sob a direcção do Partido dos Trabalhadores Polacos, opunham-se às forças restauradoras anticomunistas e anti-soviéticas da emigração e da própria Polónia.

Ambos os lados dispunham de exércitos bem equipados e experientes. Em algumas regiões da Polónia, unidades do Exército Popular polaco combatiam bandos reaccionários, que procuravam desestabilizar os cidadãos polacos com actos de sabotagem e assassinatos.

Truman e Churchill estavam convencidos de que se conseguissem, sob estas condições, realizar «*eleições livres*» à sua maneira, abririam as portas à intervenção externa para apoiar e dirigir as forças contra-revolucionárias. Contavam com o apoio das forças clericais-fascistas do clero católico, incluindo o Papa.

Ceder perante eles significava a guerra civil na Polónia com consequências incalculáveis. As exigências de Truman e Churchill não eram mais do que a continuação do plano «*Rankin*»⁴¹, com embalagem «*liberal-democrática*». Se no plano «*Rankin*» se tratava de «*deixar os russos de fora, não os deixar entrar*», agora era na direcção contrária, «*empurrar os russos para fora*», a política de «*roll back*», como mais tarde a chamou Truman.

Naturalmente, não era possível concretizar tal «*política*» com Stáline. Ele compreendeu o jogo que fracassou face à sua oposição.

Truman e Churchill, pelo seu lado, impediram o reconhecimento da fronteira do Oder/Neisse, que foi adiada para a conferência de paz, ou seja, para o dia de *São Nunca*. Com a não fixação da fronteira Oeste da Polónia, em conjunto com a «*ideia*» da «*Alemanha com as fronteiras de 1937*», deram luz verde aos revanchistas nas zonas ocupadas a Oeste.

Os cidadãos da Polónia não deviam esquecer, para além da gritaria dos nacionalistas polacos, que devem a Stáline o reconhecimento, hoje, pelo direito internacional da sua fronteira ocidental.

⁴¹ Cf. *Contribuições...O ano 1943*, Parte I, *Schriftenreihe...*Caderno n.º 16871, Berlim, 04/2004, p. 42 e segs. ou *offen-siv*, Caderno 5/2004, p. 34 e seg.